



Buyers Up • Congress Watch • Critical Mass • Global Trade Watch • Health Research Group • Litigation Group

Joan Claybrook, President

M E M O R A N D U M

PARA: A Coordenação Continental da Campanha contra a ALCA
DE: Exma. Sra. Lori Wallach
DT: 15 de Janeiro de 2003
A: **A Recentemente Aprovada Fast Track Inclui Provisões Sem Precedentes Para Impedir Negociadores dos EUA de Fazerem Concessões Agrícolas**

A autoridade comercial *Fast Track* aprovada pelo Congresso dos EUA em 2002 contém várias provisões que nunca fizeram parte de anteriores versões da *Fast Track*, e que limitam a capacidade dos negociadores dos EUA fazerem concessões sobre a agricultura. E mais importante, de acordo com a nova versão da *Fast Track*, o Congresso deve votar sobre se aceita certas concessões agrícolas que os negociadores norte-americanos podiam conceder a outros países sem a aprovação congressista de acordo com as anteriores *Fast Tracks*.

Poucos estão cientes destas alterações significativas do procedimento da *Fast Track*, que estão camufladas pela linguagem técnica na longa legislação. Um dos novos limites requer um voto congressista especial para aprovar quaisquer cortes tarifários para produtos agrícolas “sensíveis à importação” que sejam negociados fora do contexto da OMC. Esta provisão elimina a antiga autoridade dos negociadores dos EUA para declarar cortes de tarifas agrícolas no contexto das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e outros contextos que não o da OMC. Esta provisão contradiz diretamente a principal exigência de muitos países da ALCA: que os EUA façam novas concessões nas conversações da ALCA para bens como cítricos, carne de vaca e outros.

Aqueles que provavelmente não têm conhecimento destes novos limites, deverão ser os mais afetados: os negociadores de outros países. É pouco provável que o departamento do Representante Comercial dos EUA (USTR, em inglês) revele estas novas limitações: primeiro, admitir que foram necessárias concessões significativas para forçar a *Fast Track* no Congresso por uma margem mínima revela falta de consenso na política comercial do Congresso dos EUA. Esta realidade contradiz a triunfante vanglória do Representante Zoellick e, se cuidadosamente analisada, faria com que os negociadores de outros países fossem mais cautelosos acerca de fazerem concessões devido à incerteza no Congresso. Segundo, o conteúdo destas concessões causa dificuldades significativas às atuais negociações com o Brasil e outros países, que exigem um novo acesso dos seus produtos agrícolas aos EUA no contexto das atuais negociações da ALCA e da OMC. Resumindo, a *Fast Track* contém as seguintes novas provisões relativas às negociações agrícolas:

- 1. Após negociações da OMC, a antiga autoridade de declarar cortes de tarifas agrícolas foi eliminada, exceto em circunstâncias limitadas, tendo sido estabelecido um novo processo para uma longa lista de bens e produtos que exige a aprovação do Congresso antes de quaisquer cortes negociados na ALCA (e noutros contextos que não o da OMC).** (A lista está disponível no nosso sítio www.tradewatch.org.)
- 2. É novamente exigido que o USTR trabalhe com os Comitês Agrícolas da Casa dos Representantes e do Senado ao longo das negociações, incluindo consultas antes do início de negociações sobre a importação de produtos sensíveis e sobre quais artigos podem ser totalmente eliminados das negociações.**

Ralph Nader, Founder

215 Pennsylvania Ave SE • Washington, DC 20003 • (202) 546-4996 • www.citizen.org

3. Um novo sistema e um maior papel do Congresso são estabelecidos em relação a negociações que podem resultar em alterações das leis norte-americanas de *anti-dumping* e outras.

A importância destas novas limitações está relacionada às funções que a Constituição dos EUA atribui a negociadores do Congresso e do Poder Executivo na política comercial. A Constituição concede ao Congresso poder exclusivo para definir os termos comerciais, incluindo todos os níveis tarifários.¹ A Constituição concede ao Poder Executivo (presidencial) a autoridade de representar os EUA perante soberanos estrangeiros – por exemplo, para conduzir negociações internacionais. Esta “separação de poderes” foi criada para que nenhum setor do governo tenha demasiado poder sobre assuntos importantes, tal como o comércio internacional. Ao longo do tempo, foram usados diferentes mecanismos para coordenar essas funções. Há quase 70 anos, o Congresso começou a delegar o que foi chamado de “autoridade de declaração de tarifas” ao Poder Executivo. De acordo com este sistema, criado para evitar disputas congressistas constantes sobre quais tarifas poderiam ser cortadas, o Congresso aprovou uma legislação que permite que o Poder Executivo negocie cortes tarifários que entram automaticamente em vigor e dispensam a aprovação do Congresso. O Congresso autorizaria um conjunto de cortes tarifários numa lista de artigos e, caso os negociadores dos EUA permanecessem dentro desses limites, o Poder Executivo poderia simplesmente declarar que os acordos que eles assinaram com outros países seriam as novas taxas tarifárias, entrando em vigor automaticamente. A *Fast Track*, estabelecida pela primeira vez em 1974, delegava novos poderes além da autoridade de declaração de tarifas.

Todas as *Fast Tracks* anteriores incluíram vasta autoridade de declaração de tarifas para bens agrícolas. Este tem sido o mecanismo utilizado para que negociadores dos EUA consigam cortes de tarifas que de outra forma o Congresso não aprovaria. Os poderes adicionais delegados sob a *Fast Track* montam um sistema para aprovação congressista específica sobre assuntos não-tarifários, tais como políticas *anti-dumping* ou alfandegárias, que requerem alterações a estatutos dos EUA, em acordos comerciais.²

1. **A autoridade de declaração foi eliminada para cortes de tarifas de produtos agrícolas sensíveis à importação, exceto em negociações da OMC, tendo sido estabelecido um novo processo que exige a aprovação do Congresso para cortes de tarifas na ALCA e noutros contextos que não o da OMC.**

Os novos limites na autoridade de declaração de tarifas estão expostos na seção 2103(a)(1)(B) do estatuto da *Fast Track*, que continua em vigor até 1 de junho de 2005 e pode ser estendido até 1 de junho de 2007. Primeiro, esta *Fast Track* requer que nenhum corte de tarifas que “reduza a taxa de direitos abaixo do aplicável de acordo com os Acordos da Rodada de Uruguai, para qualquer produto agrícola sensível à importação” possa ser declarado.³ O termo “produto sensível à importação” é definido de forma a incluir mais de 500 produtos.⁴ A lista desses produtos está disponível em www.citizen.org.

A provisão acima indicada, implica que os oficiais comerciais dos EUA não podem automaticamente fazer entrar em vigor cortes que eles negociaram para uma longa lista de produtos agrícolas. Esta limitação é tornada mais rigorosa por ser agora exigido um voto congressista que aprove reduções de tarifas para

¹ U.S. Constitution, Article I-8.

² Fast Track sets up strict limits for Congress’ role on these non-tariff issues also, but does provide Congress with a final vote under special strict procedural rules to approve as a total package all of the non-tariff provisions and changes to U.S. law required to implement them.

³ Trade Act of 2002, Section 2103 (a)(2)(B).

⁴ Trade Act of 2002, Section 2113 (10). Import sensitive is defined to mean “an agricultural product-- (A) with respect to which, as a result of the Uruguay Round Agreements the rate of duty was the subject of tariff reductions by the United States and, pursuant to such Agreements, was reduced on January 1, 1995, to a rate that was not less than 97.5 percent of the rate of duty that applied to such article on December 31, 1994; or (B) which was subject to a tariff-rate quota on the date of the enactment of this Act.”

produtos agrícolas sensíveis à importação negociados fora do contexto da OMC. Esta provisão é voltada diretamente às negociações da ALCA e outras conversações regionais e bilaterais, tais como o Acordo de Livre Comércio EUA-Austrália, no qual a agricultura é um tópico sensível. A provisão chave requer: “Uma redução da taxa aduaneira que pode não ser declarada devido ao parágrafo (2) apenas poder ter efeito se uma provisão autorizando essa redução for incluída na proposta de lei fornecida de acordo com a seção 2105 e se essa proposta for tornada lei.”⁵ No entanto, estes requerimentos de aprovação do Congresso para cortes de tarifas agrícolas são então renunciados “se os Estados Unidos concordarem com essa modificação ou redução de taxa em negociações para eliminação recíproca ou harmonização de direitos sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio.”⁶

2. **É novamente exigido que o USTR trabalhe com os Comitês Agrícolas da Casa dos Representantes e do Senado, incluindo consultas antes do início das negociações sobre produtos sensíveis à importação e sobre quais artigos podem ser totalmente eliminados das negociações.**

A nova *Fast Track* contém duas novas seções nas provisões sobre “Notificação e Consulta antes da Negociação.” Uma delas está relacionada com a agricultura em geral⁷ e a outra refere-se à “Consulta Especial sobre Produtos Sensíveis à Importação.”⁸ Os Comitês Agrícolas da Casa e do Senado conseguiram elevar o seu perfil no processo da *Fast Track* ao serem especificamente nomeados como comitês com os quais a Casa Branca deve se reunir antes de iniciar negociações comerciais e durante as negociações acerca de produtos sensíveis à importação.⁹

Este novo papel não tem grande consequência legal, visto que consultas informais com alguns membros desses comitês já ocorriam esporadicamente no passado. Da mesma forma, exigir essas consultas não implica que o USTR seja obrigado a concordar com o ponto de vista do Congresso. Pelo contrário, a importância do aumento da presença dos Comitês Agrícolas da Casa e do Senado no processo da *Fast Track* é política. Primeiro, porque os Comitês Agrícolas representam os interesses dos negócios agrícolas dos EUA, forçar o USTR a rever os seus planos com estes Comitês implica um aviso antecipado sistemático aos interesses dos negócios agrícolas dos EUA, acerca de quais propostas os oficiais comerciais dos EUA estão considerando. Uma das razões pelas quais os membros Republicanos da Casa no Comitê Agrícola quiseram este novo aviso e exigiram ser consultados foi para terem a possibilidade alertar os interesses dos negócios agrícolas acerca de propostas a que eles possam se opor. Isto retiraria do USTR uma manobra estratégica comum, que consiste em oferecer concessões agrícolas secretas, das quais os Comitês Agrícolas e a indústria doméstica só tomam conhecimento quando é tarde demais para desistirem da concessão. O segundo contexto político está relacionado: A continuação do controle Republicano sobre Congresso e as expectativas de reeleição do Presidente Bush em 2004 dependem muito de ganhar os mesmos estados e regiões onde os produtos agrícolas iriam enfrentar a competição mais dura, caso países como o Brasil obtivessem as suas exigências da ALCA acerca de alterações da lei *anti-dumping* dos EUA e obtivessem acesso adicional a mercados de bens específicos. Para ser reeleito, Bush tem que ganhar a Flórida (o maior produtor de cítricos dos EUA e um dos maiores produtores de carne de vaca) e os estados

⁵Trade Act of 2002, Section 2103 (a)(5).

⁶Trade Act of 2002, Section 2103 (a)(6).

⁷Trade Act of 2002, Section 2104(b)(1).

⁸Trade Act of 2002, Section 2104(b)(2).

⁹Trade Act of 2002, Section 2104(b)(1). “Before initiating or continuing negotiations on the subject matter which is directly related to the subject matter under 2102(b)(10)(A)(i) with any country.... the President shall consult with (the trade and agriculture committees) “whether it is appropriate for the United States to Agree to further tariff reductions based on the conclusions reached in the assessment, and how all applicable negotiating objectives will be met.”

planos do oeste (onde a carne de vaca e os cereais são produzidos), e também alcançar alguns dos estados mais industrializados, que estão intensamente focados no estado da lei comercial dos EUA.

Algumas das outras novas exigências de consulta envolvem mais do que apenas implicações políticas. A seção 2104(b)(2) requer que o USTR indique especificamente todos os produtos que seriam qualificados de sensíveis à importação, obtenha um Relatório da Comissão Internacional do Comércio acerca das conseqüências de maior acesso ao mercado para estes bens, e reveja as práticas das partes negociantes relacionadas à segurança alimentar, quarentena, inspeção e políticas de subsídio para determinar se essas políticas limitam as importações dos EUA. Esta informação é transformada na base de uma consulta no Congresso sobre se alguns desses bens devem ser totalmente eliminados de futuras negociações.¹⁰ É então exigido que o USTR notifique o Congresso do estado dessas negociações, mais uma vez fornecendo um aviso prévio aos oponentes na indústria norte-americana.¹¹ Devido às repetidas exigências de que todas as ações sobre produtos sensíveis à importação sejam notificadas, a capacidade de pressão política é significativa, especialmente em conjunto com as provisões descritas acima, que retiram dos negociadores comerciais dos EUA a possibilidade de declarar cortes de tarifas e, em vez disso, forçam um novo voto congressista sobre esses cortes.

Finalmente, a nova *Fast Track* inclui uma provisão que exclui a aprovação do Congresso de qualquer documento secreto resultante de uma negociação, tal como uma carta marginal ou outro texto não divulgado. Esta provisão invalida promessas que negociadores dos EUA possam vir a fazer a outros países em instrumentos que possam ser, de outra forma, considerados aprovados como parte de ratificação congressista de legislação de implementação de comércio. Comprador, cuide-se: Esta provisão pretende anular promessas marginais que negociadores dos EUA possam oferecer a outros países para solucionar partes controversas de um negócio.¹²

¹⁰ Trade Act of 2002 Section 2104(b)(2)(ii) “Special consultations on import sensitive products.--(A) Before initiating negotiations with regard to agriculture, and, with respect to the Free Trade Area for the Americas and negotiations with regard to agriculture under the auspices of the World Trade Organization, as soon as practicable after the enactment of this Act, the United States Trade Representative shall-- (i) identify those agricultural products subject to tariff-rate quotas on the date of enactment of this Act, and agricultural products subject to tariff reductions by the United States as a result of the Uruguay Round Agreements, for which the rate of duty was reduced on January 1, 1995, to a rate which was not less than 97.5 percent of the rate of duty that applied to such article on December 31, 1994; (ii) consult with the Committee on Ways and Means and the Committee on Agriculture of the House of Representatives and the Committee on Finance and the Committee on Agriculture, Nutrition, and Forestry of the Senate concerning-- (I) whether any further tariff reductions on the products identified under clause (i) should be appropriate, taking into account the impact of any such tariff reduction on the United States industry producing the product concerned; (II) whether the products so identified face unjustified sanitary or phytosanitary restrictions, including those not based on scientific principles in contravention of the Uruguay Round Agreements; and (III) whether the countries participating in the negotiations maintain export subsidies or other programs, policies, or practices that distort world trade in such products and the impact of such programs, policies, and practices on United States producers of the products; (iii) request that the International Trade Commission prepare an assessment of the probable economic effects of any such tariff reduction on the United States industry producing the product concerned and on the United States economy as a whole...”

¹¹ Trade Act of 2002 Section 2104(b)(2)(iv) “and (iv). “ upon complying with clauses (i), (ii), and (iii), notify the Committee on Ways and Means and the Committee on Agriculture of the House of Representatives and the Committee on Finance and the Committee on Agriculture, Nutrition, and Forestry of the Senate of those products identified under clause (i) for which the Trade Representative intends to seek tariff liberalization in the negotiations and the reasons for seeking such tariff liberalization.”

¹²Trade Act of 2002 Section 2105(a)(4). “(4) Disclosure of commitments.--Any agreement or other understanding with a foreign government or governments (whether oral or in writing) that-- (A) relates to a trade agreement with respect to which the Congress enacts an implementing bill under trade authorities procedures, and (B) is not disclosed to the Congress before an implementing bill with respect to that

3. **Um novo sistema e um maior papel congressista é estabelecido acerca de negociações que podem resultar em alterações da lei *anti-dumping* e de outras leis comerciais.**

Em relação à lei *anti-dumping* e a outras leis comerciais, o Congresso apresentou objetivos de negociação que limitam negociadores dos EUA de concordar com termos que enfraqueçam leis existentes de *anti-dumping* e de dever de compensação, e leis de salvaguarda internacionais ou norte-americanas.¹³ O Ato de Comércio de 2002, Seção 2102 (b)(14). Esta provisão comunica o consenso bipartidário no Congresso dos EUA de que o atual recurso comercial da Rodada do Uruguai e as provisões de auxílio, que requiseram alterações altamente controversas às leis comerciais dos EUA, não devem ser alterados de forma a tornar essas provisões ainda mais difíceis de serem utilizadas. Este ponto de vista, fortemente defendido pelo Congresso, contrasta com as exigências de um conjunto de países nas negociações da ALCA e da OMC, de que novas provisões internacionais sejam acordadas e de que as leis dos EUA sejam alteradas para se adaptarem a alterações voltadas a limitar o uso de medidas *anti-dumping* e outras medidas de salvaguarda.

O acordo do USTR Zoellick no contexto da Ministerial da OMC em Doha para futuras negociações da OMC sobre estes assuntos provocou uma forte reação do Congresso, que é manifestada na *Fast Track*. Através de uma ampla votação bipartidária, o Senado aprovou a emenda "Dayton-Craig" à proposta de lei *Fast Track* que permitiu ao Congresso remover da *Fast Track* provisões de um acordo comercial que enfraquecia a lei comercial. Após um intenso esforço de promoção por membros do gabinete de Bush, esta provisão foi enfraquecida. No entanto, a *Fast Track* que está agora em vigor contém um mecanismo que permite ao Congresso remover o tratamento *Fast Track* de um acordo que contenha provisões que contradigam os objetivos de negociação do Congresso nestes assuntos. De acordo com este sistema, uma resolução especial é fornecida para retirar a *Fast Track*. A linguagem da resolução é a seguinte: "Que o (Congresso) ache que as alterações propostas para as leis de recurso comercial dos EUA contidas no relatório do presidente transmitido ao Congresso em (data) de acordo com a seção 2104(d)(3) do Ato Bipartidário de Autoridade de Promoção Comercial de 2002 com respeito a (nome do país ou países), são inconsistentes com os objetivos de negociação descritos na seção 2102(b)(14) desse Ato."¹⁴ É dado o mesmo tratamento a esta resolução que a outras resoluções de desaprovação de procedimentos.¹⁵

agreement is introduced in either House of Congress, shall not be considered to be part of the agreement approved by the Congress and shall have no force and effect under United States law or in any dispute settlement body."

¹³ Trade Act of 2002 Section 2101(b)(14). "The principal negotiating objective of the United States with respect to trade remedy laws are — (a) to preserve the ability of the United States to enforce rigorously its trade laws, including the anti-dumping and countervailing duty, and safeguard laws, and avoid agreements that lessen the effectiveness of domestic and international disciplines on unfair trade, especially dumping and subsidies, or that lessen the effectiveness of domestic and international safeguard provisions, in order to ensure that United States workers, agriculture producers, and firms can compete fully on fair terms and enjoy the benefits of reciprocal trade concessions

¹⁴ Trade Act of 2002 Section 2104(d)(2)(A). "Changes in certain trade laws.--The President, at least 180 calendar days before the day on which the President enters into a trade agreement under section 2103(b), shall report to the Committee on Ways and Means of the House of Representatives and the Committee on Finance of the Senate-- (i) the range of proposals advanced in the negotiations with respect to that agreement, that may be in the final agreement, and that could require amendments to title VII of the Tariff Act of 1930 or to chapter 1 of title II of the Trade Act of 1974; and (ii) how these proposals relate to the objectives described in section 2102(b)(14)...(C) Resolutions.... (ii) For purposes of this subparagraph, the term "resolution" means only a resolution of either House of Congress, the matter after the resolving clause of which is as follows: "That the ____ finds that the proposed changes to United States trade remedy laws contained in the report of the President transmitted to the Congress on ____ under section 2104(d)(3) of the Bipartisan Trade Promotion Authority Act of 2002 with respect to ____, are inconsistent with the negotiating objectives described in section 2102(b)(14) of that Act.", with the first blank space being filled with the name of the resolving House of Congress, the second blank space being filled with the appropriate

Finalmente, foi adicionada uma nova limitação à autoridade *Fast Track* que requer um relatório do Poder Executivo ao Congresso acerca “da estratégia do ramo executivo para lidar com as preocupações do Congresso sobre se os painéis de resolução de disputas e se o Corpo Apelativo da OMC adicionaram às obrigações ou diminuíram os direitos dos Estados Unidos.”¹⁶ A *Fast Track* não pode ser aplicada a uma proposta de qualquer acordo negociado sob os auspícios da OMC, a não ser que o Secretário do Comércio tenha lançado um relatório no momento certo.

4. Outras Provisões da *Fast Track* Dignas de Nota Relacionadas à Agricultura

OGMS: A atual proposta da *Fast Track* também transforma em Objetivo de Negociação Comercial Principal o estabelecimento de regras comerciais que proibam outros países de deixar de fora colheitas americanas geneticamente modificadas. Este objetivo está “desenvolvendo, fortalecendo, e clarificando as regras e os mecanismos efetivos de resolução de disputas para eliminar práticas que diminuam injustamente as oportunidades americanas de acesso a mercados... incluindo... restrições comerciais não justificadas ou requisições comerciais, como a rotulagem, que afetem novas tecnologias, incluindo a biotecnologia.”¹⁷

SUBSÍDIOS: Entre outros objetivos de negociação interessantes, estão aqueles que exigem a “...preservação de programas dos Estados Unidos de desenvolvimento de mercados e de créditos de exportação.”¹⁸ e que requerem que “Durante quaisquer negociações sobre subsídios agrícolas, o Representante Comercial dos Estados Unidos procure estabelecer o ano base comum para calcular a Medida Global de Suporte (assim como definida no Acordo de Agricultura) como o fim do período de implementação da Rodada de Uruguai de cada país, como relatado na agenda de acesso a mercados da Rodada de Uruguai de cada país.”¹⁹

Outro objetivo relacionado aos produtos agrícolas perecíveis e cíclicos contém uma contradição bastante curiosa: “a eliminação de práticas que afetem adversamente o comércio de produtos perecíveis ou cíclicos,

date of the report, and the third blank space being filled with the name of the country or countries involved...”

¹⁵ Trade Act of 2002 Section 2104(d)(2)(C). “--(i) At any time after the transmission of the report under subparagraph (A), if a resolution is introduced with respect to that report in either House of Congress, the procedures set forth in clauses (iii) through (vi) shall apply to that resolution if-- (I) no other resolution with respect to that report has previously been reported in that House of Congress by the Committee on Ways and Means or the Committee on Finance, as the case may be, pursuant to those procedures; and (II) no procedural disapproval resolution under section 2105(b) introduced with respect to a trade agreement entered into pursuant to the negotiations to which the report under subparagraph (A) relates has previously been reported in that House of Congress by the Committee on Ways and Means or the Committee on Finance, as the case may be.”

¹⁶ Trade Act of 2002 Section 2105(b)(3). “LIMITATIONS ON TRADE AUTHORITY PROCEDURES... For failure to meet other requirements.-- Not later than December 31, 2002, the Secretary of Commerce, in consultation with the Secretary of State, the Secretary of the Treasury, the Attorney General, and the United States Trade Representative, shall transmit to the Congress a report setting forth the strategy of the executive branch to address concerns of the Congress regarding whether dispute settlement panels and the Appellate Body of the WTO have added to obligations, or diminished rights, of the United States, as described in section 2101(b)(3). Trade authorities procedures shall not apply to any implementing bill with respect to an agreement negotiated under the auspices of the WTO unless the Secretary of Commerce has issued such report in a timely manner.”

¹⁷ Trade Act of 2002, Section 2102 (b)(10)(A)(viii) and (viii)(II).

¹⁸ Trade Act of 2002, Section 2102 (b)(10)(A)(xv).

¹⁹ Trade Act of 2002, Section 2102 (b)(10)(B)(ii).

enquanto melhora mecanismos de compensação de importação para reconhecerem as características únicas da agricultura perecível ou cíclica.”²⁰

5. Salvaguardas Agrícolas no ALC dos EUA-Chile Fornecem um Modelo Para a ALCA de Proteções Agrícolas Especiais dos EUA

Finalmente, numa nota relacionada, os EUA estão ansiosos por completar um acordo de livre comércio com o Chile, de forma a criar um modelo para as negociações da ALCA. Vale a pena notar alguns dos elementos agrícolas deste acordo; a lista de bens para os quais os EUA obteve tratamento favorável não-recíproco inclui alguns dos produtos contidos na lista de bens sensíveis mencionada acima.

Especificamente, o Acordo de Livre Comércio dos EUA-Chile, anunciado em dezembro de 2002, inclui provisões que permitem aos EUA atrasar por 12 anos a eliminação de tarifas sobre 50 exportações agrícolas e alimentos processados chilenos. Os artigos cobertos incluem muitos daqueles que o Brasil também pretende exportar para os EUA, tais como concentrado de suco de laranja congelado, sucos misturados, açúcar, bem como laticínios, abacate, extrato de tomate, pêssegos enlatados, e suco de uva. Alguns desses bens estão também sujeitos a uma salvaguarda agrícola especial que coloca as tarifas de volta aos níveis de Nação Mais Favorecida da OMC de importações que comecem a inundar os EUA. Estas tarifas entram em ação automaticamente baseadas na quantidade de importações chilenas para os EUA, sem que os EUA tenham que mostrar que há prejuízo dos produtores americanos. No entanto, esta salvaguarda especial não se aplica à lista de setores agrícolas chilenos “sensíveis.” Além disso, as proteções chilenas nesses setores são eliminadas gradualmente em quotas iguais começando após quatro anos, com algumas importações dos EUA recebendo isenção de taxas aduaneiras imediatamente. O Presidente do Comitê Financeiro do Senado, que tem jurisdição sobre o comércio, disse a repórteres dos EUA que ele tinha insistido pessoalmente para que os negociadores chilenos fizessem essas concessões.²¹

²⁰Trade Act of 2002, Section 2102 (b)(10)(A)(ix).

²¹ “U.S. Wins Safeguard protection for Dozens of Chilean Farm Products,” Inside U.S. Trade, December 20, 2002.